

Nono Aniversário da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e o Décimo Oitavo do Grupo Lusófona

Manuel de Almeida Damásio
Intervenção do Senhor Presidente do Conselho de Administração
do Grupo Lusófona

Celebramos hoje o nono aniversário da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e o décimo oitavo do Grupo Lusófona.

Os responsáveis por este Projecto Educativo estão de parabéns. A todos apresento as mais vivas felicitações. Ao Magnífico Reitor e aos restantes Colaboradores, sem excepção, o nosso bem-haja.

Hoje é dia de festa por mais um aniversário. Mas não é um simples aniversário: com efeito esta data é rica de significado, recorda-nos um passado, curto mas intenso, paradoxal, com alguns baixos mas extraordinários feitos. Para a “menina Lusófona”, cantam as nossas almas, muitos e muitos anos de vida.

Tal como, em anos anteriores, o Dia da Universidade da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias engloba diferentes actividades sendo momentos altos desta **comemoração** a “Oração de Sapiência” e, da parte da tarde, a cerimónia de entrega de diplomas aos recém-licenciados e aos novos mestres e outros pós-graduados.

Quanto à “Oração de Sapiência”, é a primeira vez que temos a honra de receber o Senhor Professor José Hermano Saraiva na nossa Universidade. Mas afigura-se **desnecessária** a tradicional apresentação prévia, pois trata-se de uma das personalidades mais notáveis e **prestigiadas** da cultura portuguesa contemporânea.

As minhas palavras são de agradecimento e de saudação.

Em nome da entidade titular da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, e no meu **próprio, saúdo** Vossa Excelência, como o homem **que, de um modo ilustrado, inteligente e poderosamente comunicativo, mais tem contribuído para elevar a auto-estima dos portugueses.**

Saúdo em Vossa Excelência o homem que **reflete** a nossa **História, desde o alvor**, e percorre de lés a lés o nosso **país, descobrindo-o e desvendando-o com imparcialidade e independência paradigmáticas. Possui o sentido da exactidão e da verdade sem compromissos.**

Saúdo em Vossa Excelência o homem que não esquece as raízes vinculadas à terra onde nasceu e que é querido dos seus conterrâneos de Alpedrinha, como imagens televisivas mostraram pelo Natal a ouvi-lo comovidamente em volta de uma grande fogueira.

Saúdo em Vossa Excelência o homem de Paz e de consensos alargados que recordam recentemente o antigo professor de liceu que apreciava que os alunos soubessem de memória o pequeno trecho que reproduzo: “Se toda a gente do mundo quisesse dar-se as mãos, que linda ponte faríamos à volta de todo o Mundo.”

Seguindo uma sua lição certa não lhe digo “obrigado” mas “bem-haja” por ter vindo até nós, por estar entre nós, Senhor Professor José Hermano Saraiva. Esta casa é sua. Ficamos aguardar sempre o seu regresso.

Aos novos diplomados, licenciados, pós-graduados ou mestres, manifesto, em primeiro lugar, os nossos agradecimentos pela dedicação e empenho no Projecto Educativo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, e deixo claro que, sem a Vossa participação, como estudantes, nos vários tipos de actividades da Universidade, desde as lectivas e de investigação até às de extensão, recreativas, desportivas ou culturais, a Universidade Lusófona nunca teria alcançado o prestígio de que usufrui e de que nos orgulhamos.

O nosso desejo sincero é que esta etapa vencedora signifique uma merecida realização pessoal ao serviço da comunidade. Para que tal aconteça, com sucesso, devemos continuar a trabalhar em projectos comuns: a formação ao longo de toda a vida e a actualização permanente com novos conhecimentos e tecnologias.

A Universidade Lusófona terá sempre as portas abertas para Vos receber e esta Vossa Casa sentir-se-á sempre honrada com a Vossa visita. Sois embaixadores do “espírito da Lusófona” e este espírito exige **empenhada** participação **cidadã** na resolução de problemas sempre mais complexos. Sinceramente, desejo a todos muito sucesso, pessoal e **profissional**.

Agradeço a presença de todos os convidados e Amigos, que partilham connosco os “parabéns a você”, “menina Lusófona”, em especial os que têm responsabilidades em outras Universidades **Privadas**. Aos Professores Eduardo Costa, Presidente da Direcção da Universidade Autónoma e Jorge Carvalhal, alto dirigente do ISG, expresso o meu reconhecimento pela solidariedade tão sobejamente demonstrada.

Permitam ainda que aproveite a ocasião para apresentar alguns dados sobre a nossa actividade. Dar a conhecer o que somos e o que fazemos é caminho certo para motivar e atrair apoios. Se o conseguirmos, as finalidades estratégicas da Universidade Lusófona serão mais facilmente alcançadas. E, como sabem, elas são as constantes do art. 4º do Decreto-Lei 92/98 de 14 de Abril, que mais uma vez recorro: **“A Universidade tem como objectivos o ensino, a investigação e a prestação de serviços nos vários domínios da ciência, da cultura e das tecnologias, numa perspectiva interdisciplinar e, especialmente, em ordem ao desenvolvimento dos países e povos de língua portuguesa.”**

Assim:

1. O corpo docente da nossa Universidade é hoje constituído por 120 Doutores em tempo integral, 67 Doutores em tempo parcial, 98 Mestres em tempo integral, 126 Mestres em tempo parcial e 323 licenciados, somando um total de 734 docentes.

É um corpo docente bastante qualificado, que pede meças ao de qualquer outro estabelecimento congénere. Quanto ao desempenho, os resultados falam por si. Estou convencido **de** que a avaliação em curso, sob a responsabilidade da European University Association (E.U.A.), confirmará amplamente este nosso juízo.

2. O corpo discente rejuvenesceu-se **neste** ano, de modo significativo, tendo-se reforçado a pirâmide estrutural relativa aos alunos inscritos em cada ano. O primeiro ano é largamente superior aos inscritos nos anos subsequentes. Em termos quantitativos, registámos um acréscimo, sendo espectável que tenha sido vencida a tendência ligeiramente decrescente dos últimos dois anos.

O número de diplomados aumentou em cerca de dois mil e quinhentos, alcançando o total geral dos estabelecimentos do “Grupo Lusófona” cerca de vinte e cinco mil, dos quais vinte e três mil em Portugal e dois mil nos países lusófonos.

3. As instalações continuaram a ser objecto de intervenções quantitativas e qualitativas, sendo visíveis as grandes melhorias sempre em crescendo. O *Campus* Universitário foi dotado com mais oito mil m². A curto prazo serão utilizados como parque de estacionamento de viaturas. Futuramente poderão ser destinados aos fins que mais convenham à expansão da Universidade.

Finalmente, posso dar a boa nova de que estão concluídas as obras no edifício da antiga “Casa da Moeda”, situado na Rua de S. Paulo. Os estudos realizados acerca da sua melhor utilização concluíram no sentido de ser colocado à disposição do Departamento de Direito. Esta hipótese tem vindo a despertar o melhor acolhimento tanto dos alunos e professores como dos seus Dirigentes.

É, assim, possível uma decisão final.

4. A Acção Social Escolar foi reestruturada e dela continuam a beneficiar muitos estudantes – no presente ano lectivo são 2 783 – muitos deles oriundos dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALP), totalizando esse apoio cerca de três milhões de euros.
5. As Associações, os Núcleos de Estudantes, as Tunas e as Organizações Desportivas continuaram extraordinariamente activas e contribuíram, talvez mais do que qualquer

outro corpo da Academia Lusófona, para prestigiar e levar bem alto os ideais do nosso Projecto Educativo. De entre de todas as vitórias que alcançaram, permito-me salientar o caso da equipa nacional de rãguebi, treinada pelo antigo aluno e actual Professor Tomás Morais. Acresce, também, que desta gloriosa equipa fazem parte três alunos da Lusófona. Parabéns pelo feito alcançado. Que o seu exemplo desperte o entusiasmo pela modalidade. E que **sejam bem sucedidos** no próximo Campeonato do Mundo!

6. O desenvolvimento institucional do “Grupo Lusófona” conheceu um novo incremento, ainda mais significativo do que o respeitante à Universidade Lusófona do Porto, ocorrido há dois anos. Com efeito, após complexas mas frutuosas negociações, os estabelecimentos do “Grupo Ensinus” vieram enriquecer o nosso Projecto Educativo, mercê de uma participação social maioritária. Recordo que o “Grupo Ensinus” engloba os seguintes estabelecimentos:
- a) de nível superior – o I.S.G. (Instituto Superior de Gestão) e o I.N.P. (Instituto Superior de Novas Profissões);
 - b) de nível “médio” – o I.E.G. (Instituto de Educação e Gestão), em Moçambique;
 - c) de nível secundário – os Externatos Álvares Cabral e Marquês de Pombal e as Escolas Profissionais: Escola do Comércio de Lisboa, Escola do Comércio do Porto, INETE – Instituto de Educação Técnica, INAE – Instituto Nacional de Aprendizagem e Ensino, EPET – Escola Profissional de Electrónica e Telecomunicações e EPVT – Escola Profissional do Vale do Tejo;
 - d) de ensino pré-escolar e básico – Colégio de Alfragide.
7. Apesar das enormes adversidades à expansão do nosso Departamento de Ciências da Saúde, conseguimos alargar as nossas actividades à prestação de serviços, de modo especial por terem passado a pertencer ao “Grupo Lusófona” os Laboratórios de Análises Clínicas “Nova Era”, “Referência” e LABVET”, assim como as Clínicas do “Homem e da Mulher”, “Nova Era” e, também, a prestigiada “Clínica de São João de Deus”. Esta última tem todas as características e a valências de um hospital, pelo que até poderia chamar-se Hospital São João de Deus. Salientamos que este esforço de alargamento da prestação de cuidados de saúde tornou-se completamente indispensável, não só devido às exigências as Comissões de Especialistas do Ministério do Ensino Superior como, ainda, pelas políticas restritivas e onerosas que vêm sendo adoptadas por alguns hospitais, pertencentes ou não, à

rede do Serviço Nacional de Saúde, havendo até alguns que já se atreveram a exigir 60% das propinas pagas pelos alunos para aceitarem os nossos estagiários.

Este alargamento da nossa actividade permitirá melhor aproveitar os recursos dos próprios e propiciar sinergias. Também aumenta a nossa responsabilidade – e é bom que tenhamos consciência disso. Seja como for, estamos mais fortes e podemos ir mais longe.

O Processo de lusofonização do nosso Projecto Educativo também ganhou novos impulsos. Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são os países onde novos Estabelecimentos do “Grupo Lusófona” **vão** iniciar as suas actividades.

A FLUBE – Fraternidade Lusófona Boa Esperança **realizou** com êxito o seu primeiro congresso. Felicito vivamente o seu grande e entusiasmado Animador, o Senhor Professor Augusto Pereira Brandão. Recordo algumas palavras dirigidas ao Congresso, bem reveladoras da certeza que temos sobre o futuro da Lusofonia e que transcrevo: *“os Povos Lusófonos, sem excepção, estão a sair, ou já deixaram para trás, há alguns anos, um mundo de grandes tribulações, guerras, ódios, opressão, miséria, sendo difícil encontrar outras qualificações que signifiquem felicidade, paz ou progresso e desenvolvimento.*

Foi um longo período que todos os dados disponíveis indiciam não ser inferior a dois séculos, remontando o início da desgraça, provavelmente, ao terramoto de Lisboa de 1755, às invasões francesas, que ocorreram 50 anos depois, e às guerras civis que lhes sucederam. Isto no que diz respeito a Portugal. Mas que, infelizmente, é muito semelhante para os outros Povos Lusófonos, praticamente desde a mesma altura.

O fim deste longo calvário de sofrimento só terminou no dealbar do Séc. XXI, quando, finalmente, em Angola termina uma das mais longas guerras do Séc. XX e Timor consegue o apoio suficiente da Comunidade Internacional para a sua libertação e independência.

É, assim, com Magna Alegria que nos damos conta dos Novos Caminhos que aos Povos Lusófonos se apresentam. Está agora ao alcance de todos participar activamente das vantagens e promessas destes Novos Tempos. E, como disse o maior poeta da Lusofonia, “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. Se bem interpreto as orientações que esta afirmação encerra, para nós tal quererá dizer que os tempos mudaram e que é necessário mobilizar as vontades e descobrir os caminhos – pois onde há uma vontade há um caminho”.

“O mundo eurocêntrico herdado da idade média, do renascimento e da expansão subsequente, ou primeira

globalização, trouxe no ventre os gérmes do seu próprio declínio pela emergência, mais ou menos simultânea, das novas potências que se apresentaram na cena internacional no final do séc. XIX e princípios do séc. XX, ou seja, os EUA e a Rússia, países, curiosamente, organizados e em crescimento a partir do séc. XVIII.

Estas novas potências adquiriram relevância com a sua participação na Primeira Guerra Mundial, em detrimento do papel hegemónico das potências europeias, e ultrapassara, completamente estas, com a sua vitória na Segunda Guerra Mundial e respectiva partilha de interesses a nível global.

As rivalidades subsequentes, fruto de desavenças ideológicas e da luta pelo controle de zonas de influência, conduziram ao processo conhecido como “guerra fria” e só terminaram quando uma das potências, a União Soviética, se converteu à economia de mercado. Esta conversão conduziu, naturalmente, a mudanças políticas e sociais profundas de que resultou a afirmação dos Estados Unidos da América como única grande potência, e a emergência de novas forças através de países como o Brasil, a China e a Índia.

Esta sucessão de acontecimentos afectou muito negativamente os Países Lusófonos. Com efeito, regra geral, sofreram as conseqüências do processo por nele serem envolvidos como actores secundários e, desse modo, sofreram os resultados negativos e, em muito pouco ou quase nada, as vantagens propiciadas de que, naturalmente, beneficiaram os grandes actores. É evidente que também houve algumas vantagens, como é o caso da afirmação das Novas Nações Lusófonas, embora à custa de sacrifícios incalculáveis. Aceitamos que nesses velhos tempos não podia ser de outra maneira, principalmente por força do modo como estava organizada a Comunidade Internacional que exigia alianças e fidelidades sob pena do uso da força.

É exactamente isto que mudou desde a década de 90’ do séc. XX. O mundo deixou de ser bipolar e abriram-se oportunidades e caminhos até aí interditos. As novas tecnologias, a liberalização progressiva do comércio internacional, o desenvolvimento da educação e da saúde tornaram-se oportunidades que anteriormente eram guardadas na mão fechada das superpotências.

Estes Novos Tempos abrem Caminhos Novos aos Países de Língua Portuguesa. Cabe aos seus Dirigentes e Responsáveis, desde a política à cultura, sem esquecer a economia e as áreas respeitantes às populações organizadas, aproveitar esta grande oportunidade.”

Finalmente, permitam-me **duas palavras** sobre o “Processo de Bolonha”. Para avivar a sua importância e o nosso entusiasmo em tal processo, **recordo as que** a propósito escrevi no “Guia Académico” de há três anos, e que foram as seguintes:

“A Declaração de Bolonha veio acelerar a necessidade de repensar o sistema de educação, tanto no que se refere aos seus fundamentos, estrutura e finalidades, como às estratégias nacionais de participação na construção europeia, de organização e definição de objectivos da comunidade lusófona e bem assim de membro das várias organizações internacionais que visam satisfazer os desejos de liberdade, de solidariedade e de paz entre todos os Homens.

Com efeito, o Governo e todas as entidades que o povo português encarregou de bem governar a república, promovendo o desenvolvimento do País, em ordem a um futuro melhor, não deixarão de aproveitar esta oportunidade, desde que andem bem avisados e tenham capacidade e competência para aproveitar esta força de transformação oferecida no âmbito de membros da União Europeia.

De entre as grandes mudanças que é necessário efectuar, duas se nos afiguram como particularmente decisivas: por um lado, é preciso encerrar o ciclo em que a frequência do ensino superior era apenas (...) acessível a candidatos oriundos de estratos sociais tradicionalmente hegemónicos e, portanto, destinado a reproduzir essa mesma hegemonia; por outro lado, é imprescindível alterar as políticas de acesso ao ensino superior (...) de modo a garantir que (...) tudo vá no sentido de poder ter acesso às universidades a generalidade dos cidadãos.

(...)

Os importantes recursos de ensino e de investigação superior existentes no País, largamente excedentários para satisfazer as suas necessidades, deverão ser aproveitados para (...) para uma boa e adequada estratégia nacional.

Nesta ordem de ideias, é absolutamente necessário acabar com o escândalo de haver portugueses forçados a estudar no estrangeiro algumas matérias, nomeadamente medicina, quando em Portugal há recursos mais do que suficientes para leccionar tais cursos. Só a impotência do poder político perante interesses mesquinhos fomentados por lobbies pouco inteligentes conduziu a tão lamentável situação.

Também neste capítulo a realização dos programas de acção que o Processo de Bolonha exige poderão e deverão ser aproveitados para dar força e coragem àqueles que têm

a responsabilidade de agarrar esta ocasião ímpar para fazer de Portugal um País democraticamente estável, social e economicamente desenvolvido.

Pela nossa parte, desde há muito tempo que nos demos conta da necessidade de opção por caminhos diferentes dos que têm vindo a ser percorridos. Os estabelecimentos de ensino da Cooperativa estão dotados de estatutos que lhe definem metas e objectivos destinados a melhorar a qualidade dos recursos humanos do País. Esta é a maior riqueza de qualquer Nação e o vector fundamental para ultrapassar as dificuldades que nos afectam.

Para nós, a Declaração de Bolonha não foi uma novidade. Pelo contrário veio dar força à nossa razão.

Agora que os dados estão lançados, esperamos que o poder político desate as peias que nos têm atrasado e dê melhores condições para bem alcançarmos os nossos propósitos”.

Logo que foram publicadas os primeiros diplomas sobre o “processo de Bolonha”, o Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de Fevereiro, regulamentado pelo Despacho nº 10543/2005 (2ª série), de 11 de Maio, e da lei nº 49/2005, de 30 de Agosto, que alterou e republicou a Lei de Bases do Sistema Educativo, lançámos mãos à obra e os resultados traduziram-se na apresentação de 134 processos de adequação e de novos ciclos para o ano lectivo de 2006/2007 e 34 processos, igualmente de adequação e de novos ciclos, para o ano lectivo de 2007/2008.

No total foram apresentados 168 processos, dos quais 78 foram adequações de ciclos de estudos e 90 foram propostas de novos ciclos.

Do referido total de 168 processos já foram deferidos 108 pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Por Estabelecimento, a distribuição destas autorizações é a seguinte:

ULHT	70
ULP	14
ISMAT	6
ERISA	3
ISDOM	6
ISPO	5
ISCAD – ex ISHT/IESC	4

Mais recentemente, **mas** ainda para funcionarem no ano lectivo 2007/2008, de acordo com o recém-publicado “Regime de Habilitação Profissional para a Docência” (Decreto-Lei nº 43/2007, de 22 de Fevereiro), foram apresentados à Direcção-Geral do Ensino Superior, no passado dia 29, mais dezassete processos de novos ciclos de estudos.

A terminar, direi que o “Processo de Bolonha” é de facto uma oportunidade que não pode ser perdida. Os passos já dados merecem o nosso aplauso, **mas o mais** importante que falta alcançar diz respeito à necessária abolição da chamada “nota mínima” (...) e da legislação sobre os denominados concursos de acesso e ingresso no ensino superior, bem como uma revisão do Fundo de Acção Social (FAS), no sentido **de a** taxa actual de 1,2 salários mínimos nacionais passar rapidamente para 1,5 e a médio prazo para 2 salários mínimos.

Mas também a política fiscal pode colaborar nesta causa da e pela educação, designadamente pela isenção ou redução de IRS para aqueles alunos adulto que frequentam o ensino superior, pois é de grande injustiça que se exija a estes o pagamento de IRS. E, no caso de frequentarem o ensino privado, trata-se mesmo de uma situação bastante lamentável, uma vez que é imprescindível a formação ao longo da vida e somas muito elevadas são despendidas pelo Estado a apoiar acções de formação que ele próprio fomenta. Seria muito melhor, muito mais rentável, muito mais justo que o Estado apoiasse aqueles alunos que por si livremente decidem obter os conhecimentos **académicos e** científicos proporcionados pelo ensino **superior**.

A Universidade Lusófona espera confiante que medidas tendentes à concretização plena do “processo de Bolonha” continuem a ser tomadas. As opções anunciadas pelo Governo, a este propósito, e, nomeadamente, pelo Senhor Ministro Mariano Gago, merecem o nosso aplauso.

A “Campanha Nacional de Educação Universitária de Adultos”, que desde há anos vimos preconizando, está em marcha.

Quando tivermos alcançado níveis de escolaridade semelhantes aos dos países mais desenvolvidos, então celebraremos o nosso aniversário com muito mais Alegria. Até lá o nosso trabalho continuará sempre com mais força e vigor.

Por fim, uma nota breve.

Muitos são os que desconfiam de todo este processo por nele vislumbrarem sinais de um abaixamento geral de qualidade e exigência, como se tudo não passasse de uma operação cosmética para melhorar estatísticas e aligeirar orçamentos. Pois, bem. Talvez tenham razão quanto a ser essa a intenção de alguns, dos mesmos que, em todas as épocas e não apenas nesta, promovem a mediocridade para nela serem alguém.

Mas, esses connosco não contam!

O processo de Bolonha será aquilo que dele fizermos e nós continuaremos, de certeza que muito bem acompanhados, mas, se necessário, tranquilamente sós, a pugnar pelo apuramento dos níveis de proficiência e de rigor, para que, em todo o lado onde houver de ser, alunos e professores possam afirmar com orgulho: também nós somos da Lusófona!

Muito Obrigado.